

# O MOMENTO

DIÁRIO DO POVO

**EDITORIAL: BOLSONARO, OS MILITARES E A POLÍTICA** PG.2

**A "DEMOCRATURA" DOS SONHOS DE BOLSONARO, FICARÁ APENAS NO SEU SONHO PARTICULAR** PG.15

**CONTÍNUA JORNADA DE LUTAS EM SALVADOR** PG.17

**GUERRA ÀS DROGAS OU À PERIFERIA** PG.4

**FÓRUM SINDICAL, POPULAR E DE JUVENTUDES DE LUTA PELOS DIREITOS E PELAS LIBERDADES DEMOCRÁTICAS REORGANIZA-SE EM SALVADOR** PG.12

**ENTREVISTA DO MOMENTO:  
JOSÉ PAULO NETTO** PG.6

**POEMAS DO DIA A DIA - PROFECIA** PG.17

**À MEMÓRIA DE ARCELINA MOCHEL** PG.18

## Bolsonaro, os Militares e a Política



Reprodução: IstoÉ

Por Milton Pinheiro

O cenário político brasileiro, para além da dramática situação da Covid 19, está impactado pela constante ameaça ou blefe do agitador fascista, Jair Bolsonaro, do uso das forças armadas para realizar operações ao estilo de estado de sítio ou estado de emergência.

O Brasil encontra-se afetado pela intensa e persistente crise econômica; o quadro da vida social nos permite informar que o conjunto da população se encontra em profundo esgarçamento do tecido social diante do gigante e perverso desemprego, com uma crescente carestia que ataca os mais pobres, com a difusão da fome e miséria que pode levar o país a um quadro de profundo caos social.

Essa condensação das mazelas brasileiras, resultado do projeto elaborado pelo governo federal em aliança com o consórcio burguês, estacionado no bloco do poder, pode tornar imprevisível o sentido da política e da vida social. Tudo isto numa relação de força que evidencia o protagonismo de frações da burguesia interna, que buscam melhor posição na ordem do Estado brasileiro e numa situação que não tem permitido que os trabalhadores e as organizações proletárias e populares vão para as ruas e praças.

O presidente de extrema-direita tem procurado estabelecer-se numa posição muito dúbia, que por hora o coloca em consonância com as hordas neofascistas (a Covid 19 não tem importância, o isolamento social é um crime, simpatia por desfechos autoritários e golpistas, completo desrespeito ao mínimo da ordem constitucional, armar o indivíduo para agir como se

estivéssemos no estado de natureza, etc.) e em outros momentos, opera tímidas sinalizações para com os estratos conservadores da ordem estatal como forma de se garantir um mínimo de governabilidade, ou, até mesmo, incentivar a ilusão dessa existência.

Essa dupla face é a linha tênue por onde se apresenta os projetos de caos controlado e golpe por dentro das instituições que são articulados pelo complexo bolsonarista dentro e fora do Estado brasileiro, ao tempo que exercita momentos de apaziguamento com o parlamento e o STF como forma de contenção de danos. O sentido da política para o presidente é a construção, no bizarro cenário da interlocução política, de janelas de oportunidades para fazer testes de força e gerar um provável estado de emergência ou até mesmo de estado de sítio.

Na plataforma de ação do agrupamento sediado no palácio do Planalto, encontra-se uma velha articulação com um conjunto significativo de grupos reacionários estacionados nas forças armadas. A operação passa por aprofundar a pauta do inimigo interno, avança para benesses corporativas, alonga-se em melhor dotação orçamentária para Exército, Marinha e Aeronáutica, exerce o fator cooptação através de postos-chave na cúpula ministerial do governo de extrema-direita e adiciona o balcão da pequena política com a nomeação de milhares de cargos comissionados no governo federal.

Precisamos entender que no Brasil pós-1945 diversos extratos das forças armadas foram convertidos a uma posição reacionária. Com essa nova postura ideológica, a defesa da pátria, diante do inimigo externo, foi delegada para plano secundário. Tudo isso se desenvolveu com profunda modificação na



Reprodução: BBC

composição política da tropa. Elaborou-se um discurso de direita subserviente ao imperialismo estadunidense e contra todos/as aqueles/as que lutavam em defesa de transformações sociais.

Com o governo do agitador fascista, Jair Bolsonaro, a “politização” da tropa ganhou um requeitado discurso conservador, cujo conteúdo principal é gestão da política e a posição de subalterno ao bloco burguês e seu consórcio internacional. Bolsonaro movimentou, como cenário principal, contingentes importantes das forças armadas para seu projeto burguês e golpista. Transformou essa burocracia de Estado em um segmento privilegiado diante do conjunto dos trabalhadores públicos da união e trouxe de volta o perfil saudosista do que é ser esse agente que foi criado pelo golpe burgo-militar de 1964 e seus diversos governos.

Temos, portanto, para além do projeto de destruição do Brasil, para efetivar a sua noção de país sobre os escombros do que existia, uma ação desenvolvida pelas hordas bolsonaristas, fora e dentro do governo, que é colocar na cena da disputa política (ao lado de Bolsonaro) as forças armadas. Se esse projeto de derrocada

das balizas formais da democracia já não fosse algo temerário, a extrema-direita cooptou as forças públicas de segurança dos entes federados. A PM, em especial, tem tido um importante protagonismo nesse ciclo de ações neofascistas que está em curso.

Portanto, vivemos uma quadra política complexa. A extrema direita está um passo à frente; a esquerda revolucionária tem que conformar um amplo leque de unidade de ação para enfrentar esse bloco na cena política, que o conjunto da classe trabalhadora não conseguiu ainda desvelar, e operar a frente única proletária, popular e de esquerda.

A disputa na luta de classes tende a se acirrar, inclusive em virtude da imensa crise social que o Brasil está passando e da gigante mortandade da Covid 19. Organizar a luta, voltar a incidir nas ações de rua (com a devida proteção), perseverar na auto-organização da classe trabalhadora e investir no trabalho de base é o caminho que devemos trilhar para barrar o neofascismo, conter a extrema-direita e avançar no projeto de poder popular na perspectiva do socialismo.

# GUERRA ÀS DROGAS OU À PERIFEIRA?



Reprodução: G1 - Globo

Por *Giovani Damico*

Violência, desumanização e pobreza são três produtos incontornáveis do capitalismo. Encarar tal fato quebra uma barreira que parece intransponível, a de entender como as mortes cotidianas somadas à carestia se tornam cada vez mais visíveis e escancaradas a cada olhar desfechado. Mas tal realidade não é produto de uma moral, ou de uma falta de moral, mas sim de um modelo de sociedade organizado a partir de violências sistematizadas, destas o próprio Estado assume um papel de destaque.

O Estado da Bahia vem vivenciando uma crescente assustadora nos índices de violência urbana nos grandes centros, mas também nas cidades médias e pequenas. Tal cenário já denunciado n'O Momento, apontara como 2020 foi marcado pelo aumento da letalidade policial na Bahia mesmo durante pandemia. Fato que persiste no cotidiano perene de 2021, e que atinge sobremaneira, uma parcela específica da população, aquela periférica e em maioria negra. Ainda, como apontado aqui, 97% das vítimas das ações armadas do Estado são a população negra e periférica.

A chamada "Guerra às Drogas" não pode ser pensada sem olharmos suas duas faces mais visíveis: a violência do Estado e das Facções; e sua terceira face mais oculta: a pobreza e a exploração. Tal fenômeno tomou conta de boa parte das periferias das cidades brasileiras, se associando diretamente com as mazelas sociais mais latentes. Uma sociedade onde o baixo acesso à educação, o desemprego e subemprego sistemáticos, a carestia, a exploração, as opressões e violências cotidianas, pincelam juntos um quadro tenebroso, uma verdadeira Guerra a Pobreza e à Periferia.

A pandemia instaurada no Brasil desde 2020, veio para aprofundar as fissuras sociais mais arraigadas em nossa sociedade. Ao mesmo tempo em que famílias se vêem obrigadas a se exporem no dia a dia do trabalho informal, do desemprego, sem direito a auxílio emergencial e medidas que protejam a vida e a sua subsistência, são criadas ainda condições para elevação da criminalidade. A juventude passa a ser recrutada sistematicamente pelo mundo do crime e das facções. As respostas

do Estado não são outra senão o reforço da ostensividade em seu braço armado, com “mega-operações” que se tornam palco de assassinio cotidiano de jovens ligados ou não ao mundo do crime, sem direito à defesa, sem direito às garantias legais. As tais mega-operações como a realizada ano passado no Nordeste de Amaralina em Salvador, mobilizam frações enormes da polícia militar (PM-BA), onerando os cofres públicos, mas ao mesmo tempo promovendo falsas soluções, que em sua maioria não arranham nem a superfície do problema, sendo em verdade, ela própria parte integrante do problema da criminalidade.

A crescente de confrontos vem invadindo diversos bairros da Cidade, desde a Valéria, até Saramandaia, desde Pernambués até o Nordeste de Amaralina, junto aos confrontos aumentam as cifras das vítimas inocentes.

Salvador presencia assim assassinatos brutais de sua juventude, seja nas balas trocadas entre as facções, como nos recentes confrontos entre facções da Saramandaia e Pernambués, seja nas “mega-operações” da Polícia militar, que é ao mesmo tempo alvo e também perpetradora de uma violência sistemática. O cotidiano da PM se tornou ele próprio uma máquina de violências para dentro e para fora, por um lado os próprios policiais tem adoecido, cometido suicídio e por outro são responsáveis por centenas de mortes violentas que

vitimam diversas crianças inocentes, destruindo o futuro de famílias inteiras, como mais recentemente no caso do pequeno Ryan Andrew, aos nove anos de idade e com toda uma vida e história por construir. Mais uma criança negra que entra para as estatísticas assustadoras -mas rotineiras- de nosso estado e nosso país.

No plano imediato, entender a relação íntima entre a Guerra às Drogas e uma verdadeira Guerra à População Pobre, significa entender que a parcela mais pauperizada desta sociedade é vista como descartável e indesejável. O aprofundamento da agenda neoliberal, pautada no rentismo dos bancos e na agroexportação, esgarça as contradições sociais, eleva o desemprego crônico, desestabiliza parques produtivos, joga para fora do mercado de trabalho a juventude periférica, além de operar um desmonte das parcas ferramentas de segurança social ainda presentes no Estado brasileiro.

Noticiar e denunciar essas violências sistemáticas seguem sendo tarefa imperativa da mídia popular e de todos aqueles e aquelas engajados nas lutas sociais. No entanto, transformações sistemáticas no fenômeno da violência no Brasil, só poderão ser obtidas atacando as origens fundantes de tal problema social, olhando para as entranhas de uma sociedade que se sustenta da violência e da exploração do homem pelo homem, movida ao sangue de inocentes.



Reprodução: Nordestesoueu

# ENTREVISTA DO MOMENTO: JOSÉ PAULO NETTO



*Reprodução: Fundação Dinarco Reis*

*Por Milton Pinheiro*

**O MOMENTO - A conjuntura brasileira, diante da sua complexidade, torna-se cada vez mais difícil de ser desvelada. Como você examina a cena política atual?**

JOSÉ PAULO NETTO - Não há dúvida de que a conjuntura é extremamente complexa, mas já possuímos elementos que nos permitem compreender muito da sua pluricausalidade, das suas particularidades e das tendências que nela se contêm – elementos analisados por inúmeros estudiosos, aliás situados em posições teóricas e políticas muito diversas. Num espaço necessariamente restrito como este, e levando em conta as minhas limitações, é evidente que só posso sintetizar umas poucas reflexões a título de hipóteses que devem ser testadas e aprofundadas.

Começo por assinalar que a atual conjuntura deve ser pensada considerando que ela não pode ser desvinculada do quadro da crise geral e sistêmica que afeta o capitalismo em escala mundial. Esta crise, que já se desdobra e cronifica pelo menos desde a última década do século passado, ganhou explicitação mais agudizada com a emergência da pandemia provocada pelo novo corona vírus – pandemia que desnudou muito da roupagem mistificadora do tardo capitalismo. Esta notação é in-

dispensável, mas julgo que a conjuntura brasileira deve ser analisada especialmente a partir dos seus condicionantes endógenos, internos – para a sua compreensão, decisiva é a dinâmica da sociedade brasileira (e também para isto já contamos com aportes teóricos relevantes). Penso que, antes de tudo, é preciso ressaltar que, na conjuntura, não é a pandemia (e a crise sanitária que ela evidenciou) que responde pelo cenário político desolador em que estamos atolados – a pandemia, sem qualquer dúvida, foi um detonador do paroxismo deste cenário, mas nem de longe é uma das suas causas. Os mais de 400.000 mortos que temos nas costas (no momento em que decorre esta entrevista) são, em larguíssima medida, o resultado da necropolítica própria do governo cujo Executivo é comandado por um mentecapto. As raízes mais próximas da nossa conjuntura política estão no golpe parlamentar de 2016, que efetivou o impeachment de Dilma Rousseff. As vésperas do golpe de agosto de 2016 – que não cabe discutir aqui e que já conta com análises substantivas – trouxeram à tona uma forma de intervenção política dos grupos mais reacionários da sociedade que não se via há mais de meio século no país: a direita foi para as ruas e se impôs provisoriamente, sem o concurso do Exército, da Marinha e da Aeronáutica. Ela ganhou as ruas num cres-

cendo inédito, fomentado por um monumental aparato privado de agências que, mobilizando as infovias e a grande imprensa estabelecida, desatou uma guerra ideológica que rapidamente viu-se assumida (e, bem provavelmente, financiada) pelo segmento mais retrógrado da historicamente covarde burguesia nativa, já amedrontada pelas jornadas de junho de 2013.

Foi quando os rebatimentos da crise econômica do capitalismo começaram realmente a se fazer sentir no país, indicando o esgotamento da margem de manobra da política de conciliação de classes e de cooptação de setores de camadas trabalhadoras que marcou o período dos governos Lula e Dilma, com a neutralização de forças populares então promovida, que a ofensiva desestabilizadora da direita subversiva avançou mais e acabou derivando no resultado de 2018. A inviabilidade eleitoral dos representantes diretos do grande capital na campanha para a Presidência da República abriu o caminho para que um medíocre e desqualificado do corporativismo da política empreendesse – com a anuência óbvia do mesmo grande capital – a sua aventura bonapartista. E deu no que estamos suportando: degradação da política, destruição de conquistas sociais históricas, erosão das estruturas econômicas, inépcia administrativa, atentados às instituições republicanas, desprezo e arrogância frente às recomendações científicas na irrupção da

pandemia, genuflexão diante do trumpismo, isolamento e ridicularização internacionais e por aí vai – com todas as concretas ameaças ao ordenamento constitucional e democrático.

No primeiro quadrimestre do presente ano, as funestas consequências dessa intentona bonapartista tornaram-se já tão patentes que o próprio grande capital procura desvincular-se dela, todavia sem questionar o cerne do que é apresentado como o seu projeto econômico (as “reformas” neoliberais) – basta ver a posição da chamada grande imprensa que o representa, clamando reiteradamente por um “candidato de centro” para se contrapor, em 2022, à agenda sócio-cultural e ambiental destrutiva do capitão, ícone de todas as milícias (digitais ou não). Neste momento, parece que as forças democráticas saem da defensiva e buscam algum protagonismo; mesmo no marco do movimento sindical dos trabalhadores, bastante disciplinado nos últimos anos, verificam-se sinais de revitalização.

Mas não há que se fazer ilusões: qualquer alternativa democrática séria, consequente, implicará uma profunda reativação dos movimentos populares e a reinserção do núcleo duro das classes trabalhadoras organizadas – o proletariado – na cena política. Sem esta reinserção, não teremos soluções: teremos arranjos e arreglos, de pouca dura e incapazes para realizar a tarefa da necessária reconstrução nacional no mundo pós-pandêmico.



Reprodução: *Jornalistas Livres*

**O.M. - Você escreveu um ensaio histórico sobre a ditadura militar de 1964. Existem resquícios desse período no atual arcabouço institucional brasileiro?**

J.P.N. - Quero lembrar que, no livro que você gentilmente recorda, não me refiro ao regime instaurado em abril de 1964 como simples “ditadura militar” – procurei caracterizá-lo como resultante de um golpe civil-militar. A caracterização não é apenas um detalhe, porquanto permite definir com rigor a natureza do regime que dele acabou por emergir, que o querido e saudoso Florestan Fernandes sintetizou como uma forma específica de “autocracia burguesa”. Daquele regime – até pelo tipo de ultrapassagem (a “transição pelo alto”) que propiciou a retomada democrática – ainda restam fortes traços; pense-se, por exemplo, na legislação sobre a segurança nacional, a que os serventuários do atual ocupante da chefia do Executivo têm recorrido para intimidar os seus críticos.

Contudo, não me parece correto aproximar a conjuntura atual aos idos de 1964. O golpe de 1964 resultou de um processo de contrarrevolução preventiva, próprio do período da Guerra Fria, e que levou ao poder um bloco de forças que conspiraram e se organizaram por pelo menos uma década – e que, quando chegaram ao poder, tinham um programa para o país. É indiscutível que tal programa supunha vigorosas restrições à democracia (como se constatou quando, para implementá-lo, o terrorismo de Estado via AI-5 demonstrou-se indispensável). Mas aquele bloco de forças contava com recursos humanos cuja qualificação teórico-política não pode ser, nem de longe, comparada com a gente que hoje instrumentaliza

o Executivo Federal. Lembre-se que, na orientação macro-econômica, havia figuras como Roberto Campos e Otávio Gouveia de Bulhões – diante dos quais o nanismo de Paulo Guedes mede-se milimetricamente. Pode-se comparar um ministro da Justiça como Milton Campos a um Sérgio Moro e sucessores? O primeiro ditador que chegou ao Planalto escolheu para a sua Casa Civil um intelectual, o baiano Luís Viana Filho. Diz-se que Castelo Branco lia autores franceses no original e, ao que se saiba, não era do gênero de colecionar malta de milicianos a seu redor. Está aí uma pequena amostra da degradação política a que estamos submetidos hoje.

O grupo que chegou ao Planalto, na sequência do processo eleitoral de 2018, só tem a ver com o que ascendeu ao poder em 1964, por via de um golpe civil-militar, na decisão de romper com a legalidade democrática e na alergia à democracia – todavia, no grupo atual, a alergia foi convertida em autêntico ódio à democracia, qualquer democracia, ainda que restrita. Ademais, este grupo carecia e carece de qualquer programa para o país, exceto a liquidação de tudo aquilo que cheire a conquistas civilizatórias da Modernidade. No atacado, é gente despreparada, inculta, ignorante, tosca mesmo.

**O.M. - Como você examina a relação de forças na luta de classes em curso, em nosso país?**

J.P.N. - Ao contrário do que alguém já disse, nas sociedades capitalistas, as lutas de classes não tiram férias. Desenvolvem-se muito irregularmente e nunca de forma linear – às vezes aberta e espetacularmente, outras vezes subterrânea e discretamente. E, com frequência, sem se expressar no nível especificamente



Reprodução: Carta Maior





Reprodução: El País

político. Mas estão sempre – insista-se: sempre – operantes. São vetores reais e objetivos nas organizações societárias regidas pelo capital – a sua efetividade não depende da vontade dos sujeitos políticos, ainda que deles dependa a sua direção e, em boa medida, o seu desenlace. Por razões já suficientemente esclarecidas por estudiosos da formação social brasileira, neste país violento em demasia contra a “arraia-miúda”, o “povão”, mas preferencialmente contra os não-brancos pobres (e aqui, sabe-se, a pobreza está muito associada à cor da pele, numa população com fortíssima composição afro-descendente, oprimida ademais por um racismo estrutural), as lutas de classes tomaram historicamente formas pré-políticas. Só puderam emergir como lutas explicitamente políticas nos poucos lapsos democráticos que o nosso povo teve oportunidade de experimentar.

Na conjuntura atual, registrando-se o agravamento da crise econômico-social, com um desemprego acentuado e uma veloz pauperização das massas trabalhadoras – e isto na sequência da desmobilização popular já aludida e no quadro da pandemia –, compreende-se que na superfície da vida social as lutas de classes, na sua expressão política, não sejam imediatamente visíveis. Mas me parece indubitável que elas estão se potencializando e, como na imagem da velha toupeira que repentinamente põe a cabeça de fora, logo voltarão a tirar o sono dos ricos e seus representantes e apaniguados.

A meu ver, a questão essencial posta por

esta potencialização é a da direção política que pode dar sentido à sua emergência e à sua concreção. Sem organização, sem orientação consciente e mobilização articulada, jogando apenas com o seu espontaneísmo, as resultantes podem ser extremamente problemáticas. Este é, parece-me, o problema central que se coloca para as forças democráticas e, especialmente, para as forças democráticas da esquerda.

### **O.M-Podemos estabelecer uma conexão entre a mortandade estabelecida pela Covid-19 e o governo do agitador fascista Jair Bolsonaro?**

J.P.N. - É ululantemente óbvio que sim. A pandemia não foi criada por Bolsonaro – o mentecapto não é o responsável por ela; mesmo sem a sua figura, decerto muitos brasileiros e brasileiras inevitavelmente morreriam. Mas ele é, indiscutivelmente, o responsável maior, embora não o único, pela dimensão catastrófica que a pandemia adquiriu no país – não por acaso, há pouco me referi à necropolítica. Ele, com o seu despreparo para exercer o poder que lhe foi episodicamente conferido, com a sua falta de educação e de compostura, com a sua ignorância, o seu negacionismo, as suas atitudes levianas e as suas ações e omissões – em suma, com todos os traços que o tornam essa caricatura presidencial lamentável sob todos os aspectos, ele já está estigmatizado e condenado à vala comum pela história. Porém, isto não pode servir como consolo para a memória

dos familiares e amigos de, até agora, 400.000 mortos, nem como sucedâneo da punição que a ele cabe pelas afrontas à vida republicana e democrática: é absolutamente necessário que seja julgado no plano político (para isto, deve ter alguma valia a CPI em andamento, se não acabar em mais outra pizza) e devidamente processado nas instâncias pertinentes da justiça.

**O.M - Gostaríamos que você avaliasse a presença fascista na atual quadra política brasileira.**

J.P.N - Sabemos que o fascismo não foi liquidado quando o soldado soviético fincou a bandeira vermelha da ex-União Soviética no que restou do Reichstag em ruínas, em maio de 1945. O fascismo, nas suas distintas e várias formas, é uma possibilidade contida no desenvolvimento monopolista do capitalismo: onde há capitalismo assentado em organizações monopolistas, o fascismo é sempre uma alternativa que, frequentemente valendo-se até de uma retórica anticapitalista, serve ao segmento mais reacionário do grande capital. Prova-o a sua revivescência na contemporaneidade, inclusive no Brasil.

Não se deve e não se pode subestimar o fascismo entre nós. O ovo da serpente ganhou visibilidade com a ofensiva da direita na sequência das jornadas de junho de 2013 – e o fascismo é, hoje, já chocado o ovo, a ponta da lança mais ofensiva e mais ameaçadora à manutenção de mínimos estatutos democráticos no Brasil. O combate a ele, sistemático, diuturno, é dever inadiável de todos os que prezam, em qualquer escala, os valores civilizatórios e as

garantias deles decorrentes, os únicos capazes para fundar a resistência, a travagem e a reversão das tendências conducentes a tornar a vida social o território privilegiado da barbárie.

É evidente que o bonapartismo bolsonarista favorece, estimula e fomenta a divulgação de formas ideológicas nitidamente fascistas. Todo fascista brasileiro é, hoje, suporte do bolsonarismo. Mas não se pense que a massa dos votos que propiciaram a chegada de Bolsonaro ao Palácio do Planalto sejam fascistas – antes, pense-se que a maioria dos seus eleitores foram motivados mais pela ignorância e a desinformação política, pelo caldo de cultura que deu um sentido antipopular à recusa do hegemonismo processado naqueles fenômenos que a grande mídia burguesa designou por “lulopetismo” e que, particularmente em relação a camadas médias urbanas, estimulou o florescer de um ressentimento de classe que leva água poluída ao moinho inescrupuloso do fascismo. (Este ressentimento é flagrante no ódio que estratos das camadas médias urbanas e do pequeno e médio empresariado destilam em face de Lula.) Ouso mesmo dizer – e decerto posso estar lavrando em erro – que, se chegarmos a ter um processo eleitoral sem coações em 2022, depois das catástrofes sanitária e econômico-social que continuaremos a experimentar nos próximos vinte e poucos meses, o bolsonarismo perderá o falso brilho que ainda exhibe por agora. As próprias dissensões que a movimentação burguesa revela nos últimos meses (não se esqueça que a burguesia nativa está longe de constituir um bloco homogêneo) são indicadores de uma visível redução da base social





do bolsonarismo – se elas prosseguirem, como acredito que prosseguirão, será inevitável o seu rebatimento na base eleitoral do mentecapto.

**O.M. - A partir de quais balizas você analisa o atual momento de ação/reflexão da esquerda brasileira na luta pela democracia e por um projeto estratégico?**

J.P.N - A noção de esquerda, também no Brasil de hoje, é um problema a comportar muita polêmica e não vou entrar nela, levemente, numa entrevista. Falando de um ponto de vista estritamente pessoal, embora eu seja um simples acadêmico aposentado – mas que não vive solto no espaço, posto que vinculado ao PCB, partido que tem conhecidas formulações estratégicas já dadas à luz pública –, prefiro ater-me a dois pontos principais:

I) o campo de uma esquerda socialista (que não pode ser sumariamente conotada como uma esquerda que recusa reformas econômico-sociais abertas a transformações substantivas da sociedade brasileira, uma esquerda à moda passadista, que imagina a revolução enquanto disrupção armada, como guerra civil) – este campo não está limitado a siglas partidárias e, na realidade, transcende em muito os partidos atualmente existentes; é um espaço amplo, plural e diversificado campo social;

II) o acervo já existente para a formulação de um projeto estratégico factível para a transformação profunda da sociedade brasileira, direcionada para o socialismo, é apreciável, mas demanda ainda um esforço coletivo de partidos, de instituições da sociedade civil, de sujeitos (coletivos e individuais) do mundo do trabalho e do mundo da cultura para a sua objetivação.

A formulação de um tal projeto é um processo difícil e complexo, até mesmo na medida em que deve excluir posturas hegemônicas e incluir componentes autocríticos. E as exigências e urgências postas pela conjuntura reclamam para o seu equacionamento imediato e progressista um programa comum da esquerda capaz de aglutinar, na luta contra as ameaças à democracia, forças que não são de esquerda. Isto significa que, a meu juízo, a esquerda socialista tem que se dispor a promover e a participar de uma frente democrática simultaneamente à constituição de um sólido e autônomo bloco

das suas próprias e distintas forças. E tem de fazê-lo sem perder de vista e sem ocultar que, na sua perspectiva, a luta pela democracia, uma democracia de participação ampliada e progressiva, é inseparável da luta pelo socialismo.

A tarefa demanda notáveis esforços coletivos, mas tenho a firme convicção de que as lições que a história já nos legou, e não só no Brasil, demonstra que ela pode ser levada a cabo com êxito. Sabemos há muito, ao menos no nível teórico, que unidade não é o mesmo que identidade – somente se une o que é diverso.

**O.M - Recentemente você lançou uma obra seminal sobre a vida e a obra de Marx. Podemos contar com Marx para enfrentar a erosão do sistema capitalista e para o que fazer?**

J.P.N - Agradeço a qualificação de seminal para a minha biografia de Marx – penso que se trata de um trabalho sério e útil, porém tão só uma simples contribuição ao estudo do mais importante teórico social da modernidade.

Contudo, a resposta à sua pergunta talvez vá decepcioná-lo e aos seus leitores. Estou absolutamente convencido de que, sem Marx, nada compreenderemos de essencial da erosão mencionada e, ainda, da conjuntura brasileira. É a partir de Marx que a dupla Esfinge que temos pela frente – o tardo capitalismo e a particularidade brasileira – poderá ser decifrada; se não o fizermos, seremos por ela devorados. No entanto, a decifração exige mais do que o conhecimento da vida de Marx e da sua teoria: exige que, a partir do método que ele descobriu, com o contributo de marxistas que o sucederam e também de cientistas sociais que se situam fora da tradição marxista, mas sem concessões ao ecletismo, sejamos capazes de desenvolver a análise concreta da nossa situação concreta.

É somente à base desta análise que poderemos nos orientar quanto ao que fazer. Aqui, Lênin – autor da determinação da “análise concreta da situação concreta” – continua Marx e é mais que lição: é exemplo. Ele só se habilitou a responder praticamente à pergunta, aliás título do romance de Tchernychevski, quando, partindo d’O capital, pesquisou suficientemente a sua Rússia. A bússola estava em Marx, mas foi Lênin quem realizou a viagem da descoberta.

# FÓRUM SINDICAL, POPULAR E DE JUVENTUDES DE LUTA PELOS DIREITOS E PELAS LIBERDADES DEMOCRÁTICAS REORGANIZA-SE EM SALVADOR



*Divulgação: Seminário Crise Brasileira e a Organização da Classe Trabalhadora - Salvador (BA) -2019*

*Por Camila Oliver*

Em 2019, diante de uma conjuntura de aprofundamento dos ataques do capital à classe trabalhadora, com a eleição em 2018 de governos de extrema direita, tanto no âmbito nacional, quanto nos estados, fez-se urgente e, mais do que nunca necessária a construção da unidade da classe trabalhadora e de todas as suas organizações no intuito de lutar contra esses ataques.

Foi nesse contexto de agravamento da crise nacional e internacional do capital, de forte ofensiva contra os direitos, garantias e salários dos/as/es trabalhadores/as, pensionistas e da juventude, de atentados contra as conquistas sociais e trabalhistas realizadas ao longo de anos, bem como do recrudescimento do conservadorismo expresso nos costumes e na vida cotidiana, além dos ataques aos direitos arduamente conquistados por mulheres, indígenas, negros e negras, qui-

lombolas e LGBTQIA+, que nasceu o Fórum Sindical, Popular e de Juventudes de Luta pelos Direitos e pelas Liberdades Democráticas.

Em sua expressão nacional, o Fórum reuniu entidades de classe, partidos da esquerda socialista, movimentos sociais, tais quais: *INTERSINDICAL - Central da Classe Trabalhadora / CSP - CONLUTAS / INTERSINDICAL - Instrumento de Luta e Organização da Classe Trabalhadora / ANDES-SN / SINASEFE / FASUBRA / FENASPS / ASFOC-SN / Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil de Fortaleza / Sindicato dos Químicos Unificados - Campinas e Osasco / Sindicato dos Rodoviários do Ceará / Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Confecção Feminina de Fortaleza / Sindicato dos Odontologistas do Ceará / Sindicaixa (RS) / Sindimetrô (RS) / Sintepp (Sindicato da Educação pública do Pará) / SindBancários (ES) / Sinditifes (PA) / Sindsprev (RS) / Sindicato dos*

*Servidores em Conselhos e Ordens de Fiscalização Profissional de Sergipe / Sinsepeap (AP) / Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Teresina / Sinpro Guarulhos (SP) / Subsedes da Apeoesp: Ribeirão Preto, Franco da Rocha, Guarulhos, Suzano, Tatuapé e São Miguel / Bloco de Oposição na Apeoesp / Associação dos Docentes do Colégio Pedro II (RJ) / Sindicato dos Trabalhadores Técnicos e Administrativos em Educação das Instituições Federais em Juiz de Fora (MG) / Sindicato dos Trabalhadores e Técnicos Administrativos em Educação da UFTM / Fórum das Seis / Resistência / Unidade Classista / Conspiração Socialista / Resistência e Luta / Luta Socialista - PSOL / Unidos Pra Lutar - CSP Conlutas / Construção Socialista / MUDE - Movimento UFPI Democrática (PI) / Coletivo Enfrente (RN) / UNE / FENET / DCE UFMG / Juntos / Afronte / União da Juventude Comunista / Frente Nacional Contra a Privatização da Saúde / PSOL / PCB, a fim de combater os retrocessos em curso e lutar pelos direitos sociais.*

Ainda em 2019, o Fórum Sindical, Popular e de Juventudes de Luta pelos Direitos e pelas Liberdades Democráticas organizou-se, localmente, na cidade de Salvador reunindo, para além das representações locais das entidades que compunham o Fórum nacionalmente, outras organizações/entidades, dentre elas: *Aliança de Batistas do Brasil / Coletivo Feminista Classista Ana Montenegro / LEMARX / Igreja Batista Nazareth / Coletivo de Mulheres do LEMARX / ANDES*

*- Regional Nordeste III / Sindicato dos Servidores do Ministério Público da União / Coletivo Negro Minervino de Oliveira / Frente Baiana contra a Privatização da Saúde / Comitê em Defesa do SUS / Auditoria Cidadã da Dívida Pública / APG – UFBA.*

Naquele ano, em Salvador, o Fórum organizou uma série de debates e atos de rua em defesa das liberdades democráticas, do SUS, da educação pública, enfim, dos direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras. A mais expressiva dessas atividades ocorreu no auditório II, lotado, da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia nos dias 16 e 17 de agosto. O Seminário do Fórum Sindical, Popular e de Juventudes de Luta pelos Direitos e pelas Liberdades Democráticas em Salvador, que contou em sua mesa de abertura com nomes como os de Plínio de Arruda Sampaio Jr e Mauro Iasi, debateu "A Crise Brasileira e a Organização da Classe Trabalhadora" e, ao final do dia 17, construiu o seu manifesto que defendia, além dos eixos já destacados pelo Fórum nacional: *Defesa dos direitos trabalhistas e contra o fim do Ministério do Trabalho / Defesa da Previdência Pública e Universal. Contra a Reforma da Previdência! / Defesa da Educação e da Saúde Públicas, gratuitas e de qualidade / Defesa da política de igualdade racial, de gênero e respeito às diversidades sexuais / Defesa das Liberdades Democráticas / Defesa de Reforma Urbana e Agrária / Contra a criminalização dos movimentos sociais / Pela revogação*



**Divulgação: Seminário Crise Brasileira e a Organização da Classe Trabalhadora - Salvador (BA) -2019**

*da EC/95/ Em defesa do emprego, salário e moradia/ Em defesa do setor público estatal e contra as privatizações/ Pela Liberdade de ensinar e de aprender, em defesa da autonomia das instituições de ensino públicas; as pautas locais: Lutar contra os ataques à autonomia das universidades públicas, à educação básica (não ao fechamento de escolas) e defesa da permanência estudantil nas UEBA/ Denunciar a violência policial na periferia das grandes cidades do nosso estado/ Chega de matança da juventude negra/ Defesa dos direitos dos/as trabalhadoras/es terceirizados/ Contra as privatizações dos serviços e do patrimônio público em nosso estado/ Defesa dos povos originários/ Denunciar os ataques às religiões afro e reforçar a laicidade do Estado/ Denunciar os projetos como o do porto Sul da Bahia em territórios dos povos originários/ Por políticas públicas que ataquem o desemprego na Bahia.*

A última atividade presencial do Fórum em Salvador, antes da pandemia da COVID-19, foi a participação no 8M, em 2020, que reuniu em um grande bloco as mulheres do ANDES/Regional Nordeste III, Coletivo de mulheres do LEMARX, Coletivo MUPPS – Mulheres Políticas Públicas e Sociedade, CFCAM – Coletivo Feminista Classista Ana Montenegro, Aliança de Batistas do Brasil, APG-UFBA, Igreja Batista Nazareth, Coletivo Negro Minervino de Oliveira, APS/PSOL, PCB, UJC - União da Juventude Comunista, com o tema: “Pela vida das mulheres, em defesa dos direitos e liberdades democráticas”. Também em 2020, em 20 de junho, contudo de maneira virtual, o Fórum de Salvador reuniu-se com entidades e organizações de outras cidades do estado pleiteando a construção do Fórum Sindical, Popular e de Juventudes no âmbito estadual, todavia, o aprofundamento do con-

texto de mortes e a sobrecarga e precarização do trabalho em sua maneira remota inviabilizaram, por hora, a continuidade desta construção.

Nesse interim, a necropolítica ultraliberal aproveitou-se do contexto pandêmico para aprofundar ainda mais os seus ataques nas formas mais violentas: maior precarização do SUS em momento pandêmico com lotação de UTIs e aumento de mortes diárias, falta de oxigênio, falta de vacinas; assalto aos direitos trabalhistas já conquistados; retorno do país ao mapa da fome; aumento da miserabilidade; aumento das taxas de feminicídio e de assassinatos da população LGBTQIA+; avanço do grande capital nos territórios das populações quilombolas e indígenas... Assim, considerando a necessidade de retomar a frente única de esquerda para lutar pelos direitos da classe trabalhadora, em 31 de março de 2021, por meio virtual, o Fórum Sindical, Popular e de Juventudes de Luta pelos Direitos e pelas Liberdades Democráticas de Salvador retomou as suas atividades pautando uma agenda de participação em atos públicos e atividades de lutas: Audiência com parlamentares e centrais sindicais (07/04/2021 às 9:30); Ato Ditadura Nunca Mais (08/04/2021 às 10:00) e 1º de MAIO, no Farol da Barra, às 9:30. Após o 1º de Maio, o Fórum de Salvador voltará a se reunir para avaliar as primeiras atividades e pautar outras. O Fórum de Salvador convida para esta próxima plenária todas as entidades/ organizações em defesa da classe trabalhadora, afinal, se no topo da agenda neoliberal a ordem do dia é assaltar mais do que os nossos direitos, é tirar-nos a vida, cabe-nos enfaticamente as palavras de Marx: “Trabalhadores do mundo, uni-vos!”, mostremos que eles são a minoria.



*Divulgação: Seminário Crise Brasileira e a Organização da Classe Trabalhadora - Salvador (BA) -2019*

# A “DEMOCRATURA” DOS SONHOS DE BOLSONARO, FICARÁ APENAS NO SEU SONHO PARTICULAR



Reprodução: Brasil Atual

Por Denise Carneiro

**Na imposição de censura a trabalhadores públicos que se manifestem contra seu governo, Bolsonaro comprova seu desejo de vencer o discurso calando o adversário. Isso era fácil na época da Ditadura civil-militar de 64, sua época de ouro. Agora, não!**

Lá, na época da extrema-unção desse Regime autoritário, vimos a chamada “democratura”, ou, para alguns, transição lenta, gradual e segura rumo à democracia, que voltou graças às lutas populares do período. Lutas que trouxeram à população uma miríade de direitos sociais, políticos e trabalhistas. Direitos que Bolsonaro, agora Presidente, não reconhece e quer anular. Focado na destruição, tijolo por tijolo, dos arcabouços jurídicos que garantem esses direitos – como a Constituição Federal e a Lei 8.112/90 por exemplo –, ele vem de PEC em PEC, Decreto em Decreto, MP em MP, inserindo seus arquitetos da destruição nas Instituições públicas, galopando em direção ao cemitério para exumar e trazer de volta a sua “época de ouro”. Tal desejo, porém, tem esbarrado na resistência popular, nos freios impostos em certa medida pelo STF e, principalmente, na firmeza da maioria dos funcionários públicos, para quem ele aponta sua artilharia.

O episódio emblemático da sua mul-

ta ao praticar o crime da pesca ilegal e a tentativa de punir o fiscal dava provas da batalha por vir. É dessa figura, capaz de gestos como esses, que estamos falando. Logo no início da sua caótica gestão demitiu trabalhadores públicos aos lotes, caindo no vexame público quando, ao tentar contratar outros, percebeu que quem conhecia esse procedimento havia sido demitido. Um governo de gritos e vexames – para dizer o mínimo – se iniciou no Brasil.

O servidor público, principalmente os professores, recebiam o carimbo de “inimigo público”, por vários motivos, sendo os principais a sua mundividência, seu autoritarismo e sua simbiose com o Mercado. Seu Ministro banqueiro logo iniciou a batalha, e se dispôs a difamar os servidores como “privilegiados”, “parasitas”, “assaltantes”, “vagabundos” etc. Com o acirramento da crise econômica, moral e sanitária, o ano de 2020 foi o ano que – em período democrático – mais servidores foram vigiados, advertidos, ameaçados, suspensos, exonados, por denunciarem ou simplesmente se manifestarem contra essa política nefasta e mortífera. Como resposta às denúncias, o Governo, através dos aparatos estatais – que deveriam ser “de Estado” e não “de Governo” – correram

a vigiar os perfis dos servidores, suas manifestações, fosse em redes pessoais, plataformas on-line, ou na atuação política, mesmo estando esses amparados pelos arcabouços legais. O Gabinete de Segurança Institucional (GSI) da Presidência da República usurpou sua competência ao editar a Norma de Conduta estabelecendo critérios visando a possibilidade para o governo processar servidores públicos pelo que eles publicarem nas redes sociais, até em perfis privados. Com base nele, o MEC oficiou várias Universidades do País e só recuou quando a pressão popular e sindical fez com que o MPF atuasse advertindo o Ministro sobre a sua competência. O Ministério da Justiça por sua vez investigou 579 servidores da área de segurança, opositores ao governo. Inclusive vazou um dossiê formado por esses dados que, segundo a imprensa, foram repassados a órgãos políticos e de segurança, como a Polícia Rodoviária Federal, a Casa Civil da Presidência da República, a Agência Brasileira de Inteligência (Abin) etc. Tal fato gerou grande repercussão até internacional, obrigando o governo a recuar e se explicar. Vários foram os exemplos semelhantes.

A pandemia revelou a face mortal do governo e as denúncias geraram punições para além das categorias de servidores. Neste ano, cinco manifestantes foram presos por portarem uma faixa com os dizeres “Bolsonaro Genocida”, sendo liberados posteriormente. Seus súditos acirraram as ameaças e intimidações e nunca se viu, em período recente, tantos aten-

tados de diversos formatos contra professores, ativistas, militantes, sindicalistas. Efetuados alguns recuos simbólicos e pontuais, as ameaças persistem contra todos e todas que expressem seu descontentamento, embora, sem dúvida, a granada seja prioritariamente colocada no bolso dos servidores, que se recusam a serem servidores do governo e insistem em serem servidores do povo, zelando pelo interesse das pessoas e pela vida dos brasileiros.

O acirramento da crise, e com ela o prenúncio da decadência do projeto bolsonarista, acirram ainda mais o ódio do governo aos servidores e à democracia que lhes protegem. Bolsonaro, a cada live ou pronunciamento, eleva o tom das ameaças ao estado democrático com o claro propósito de ver o recuo dos seus opositores e assim impor a volta do que alguns chamam “democratura”, a sua ditadura possível. Um regime sem todos os elementos de uma ditadura clássica, mas que lhe conceda um poder quase absoluto sobre a Nação e os cidadãos e cidadãs. Nesse Regime Frankstein o governo e seus agentes passariam interna e externamente a imagem de um País de cristãos, em busca do trabalho, composto por cidadãos de bem, patriotas, pobres, mas felizes. Porém, esse desenho é de um quadro mofado, que o povo não quer revisitar, posto que se fundamenta em mentiras, torturas, mortes e, contra isso, certamente seguiremos lutando, ao arrepio dos gestores do caos.



Reprodução: *Justificando*



# CONTÍNUA JORNADA DE LUTAS EM SALVADOR



Foto: O Momento

Por João Aguiar

Nesta segunda-feira (27) pela manhã movimento de luta por moradia, movimento negro, partidos e organizações de juventude realizaram manifestações em diversos pontos de Salvador.

Estavam presentes o Partido Comunista Brasileiro, a União da Juventude Comunista, Unidade Classista, Coletivo Negro Minervino de Oliveira, Coletivo Feminista Classista Ana Montenegro, Movimento de luta nos Bairros Vilas e Favelas, União da Juventude rebelião e Unidade Popular.

Junto as famílias do movimento de luta por moradia foram fechadas vias com fogo sendo ateadado em pneus no Comércio, Garibaldi e no bairro do Uruguai. A manifestações reivindicava o retorno do auxílio emergencial digno, emprego e moradia para a classe trabalhadora.

Face a fome que atinge 20 milhões de trabalhadores brasileiros e brasileiras, o desemprego que faz Salvador ser reconhecida como capital nacional do desemprego, o aumento do preço dos aluguéis e todos retrocessos sociais operados pela agenda do governo Bolsonaro-Mourão.

Com grande repercussão na cidade, as manifestações renderam as principais notícias na imprensa baiana durante os acontecimentos. Mostrando a força que possui a luta organizada dos trabalhadores e dos movimentos sociais, que apontaram o caminho da luta como saída para combater os retrocessos nos direitos sociais que afligem a classe trabalhadora baiana e brasileira.

As jornadas de luta permanecem até o primeiro de maio, dia internacional de luta da classe trabalhadora.



Foto: O Momento

## POEMAS DO DIA A DIA

### PROFECIA

*Por Teresa Vilaça*

*Como se não bastassem  
corpos famintos  
em riscos  
em medos  
em lágrimas  
em dor  
os dragões do lucro  
buscam as almas  
e o coração do povo.*

*Em largas mesas  
e salões embandeirados  
comem bebem  
decidem o destino  
de muitos  
até dos iludidos.*

*Temerosos fincam os pés nas terras  
recolhem suas riquezas  
e organizam a morte  
para nós*

*que de tantas lutas  
foices e forças  
compreendemos  
e os destruimos  
em longas penosas  
e diárias batalhas*

*Novos chãos  
e novas terras  
viverão do trabalho geral  
sorriremos  
nem sinal restará  
do tempo das fomes*

*Salvador, 24 de março de 2021*

## À MEMÓRIA DE ARCELINA MOCHEL



PARA VEREADOR  
ARCELINA  
MOCHEL

*Por Rafaela Fraga*

Fundadora do Jornal Momento Feminino, primeira mulher a se tornar procuradora pública no Brasil, vereadora no então Distrito Federal, o Rio de Janeiro... foi rica e multifacetada a trajetória da maranhense Arcelina Rodrigues Mochel, uma entre os nove filhos do casal Ercília Rodrigues Mochel e José Augusto da Silva Mochel.

Arcelina deu início aos estudos superiores ingressando no curso de Direito, ainda antes dos 20 anos, incentivada por seus humildes pais. Ela foi uma mulher muito ativa, dando os primeiros sinais na vida pública ao fundar uma revista jurídica aos 19 anos, enquanto já cumpria a função interina de promotora em duas comarcas do Maranhão, sua terra natal, onde nasceu em 1918.

As contradições consequentes das desigualdades de gênero em nossa sociedade patriarcal se revelavam a Arcelina para muito além dos seus estudos sobre o assunto: ao ser aprovada em 1º lugar no concurso para o cargo efetivo de promotora pública, foi substituída em sua posição pelo segundo colocado, um homem. Como já mencionado, Arcelina foi a primeira mulher a ocupar tal categoria, fato que,

certamente, causou incômodo ao funcionalismo local, capaz de cometer tamanha arbitrariedade.

Tal acontecimento mudou a vida desta mulher que se tornou figura histórica na luta política brasileira: diante do ocorrido, resolveu mudar-se do Maranhão para o Rio de Janeiro, chegando à capital do país em 1943. Lá, ela se envolveu com maior profundidade na luta organizada através do Partido Comunista Brasileiro (PCB).

Com sua vigorosa atuação, alicerçada a uma inarredável convicção ideológica, Arcelina Mochel ainda hoje é reconhecida pelo PCB como “um dos mais destacados quadros políticos femininos entre 1940 e 1950”, declaração feita numa nota do Partido em 2016. E claro que não à toa: ela desenvolveu profundo trabalho de base no movimento de mulheres, nas lutas populares e na imprensa de esquerda por quase duas décadas.

Além da revista que fundou aos 19 anos, também dirigiu a Revista Continental, já no Rio de Janeiro, e foi uma das criadoras do Jornal Momento Feminino, instrumento robusto que, mantido também por outras mulheres comu-

# MEMÓRIA

nistas como ela, circulou nacionalmente pelo excepcional período de 10 anos, num Brasil politicamente inseguro e já perigoso para os comunistas.

Como vereadora no Rio de Janeiro - então Distrito Federal, Arcelina ampliou sua capacidade de aglutinação das massas e sua oratória ao se tornar líder da bancada comunista e presidente da Comissão de Administração e Assistência Social da Câmara dos Vereadores. Ela foi eleita em 1947 com 3.704 votos, numa época em que, ainda mais que na atualidade, o parlamento era considerado um lugar exclusivo aos homens.

Seu mandato deveria durar até 1951; todavia, em 1948 o PCB foi posto em ilegalidade, e com isso, todos os seus parlamentares foram cassados. Mesmo com seu Partido em tais condições, Arcelina seguiu firme e convicta em sua disciplina militante, construindo o movimento de mulheres pelos bairros do Rio de Janeiro.

A esta altura, já era evidência sua liderança feminista no RJ: além de estar envolvida na construção de comitês populares a partir do seu trabalho de base - comitês estes que se espalhavam pelo Brasil, chegando a somar 43 país afora -, Arcelina foi peça fundamental na articulação do que se tornou a Fundação de Mulheres do Brasil, em 1949.

A Fundação teve expressivo valor na organização política de mulheres trabalhadoras, estando presente em cerca de 11 estados brasileiros e se constituindo, então, como uma entidade nacional. Indissociavelmente do seu trabalho de base, Arcelina foi eleita Secretária-Geral da Fundação de Mulheres do Brasil, e como sua representante, viajou não apenas o

Brasil, como também países da Europa, levando para o mundo o exemplo do trabalho das mulheres comunistas desse país.

*“O caminho que temos que percorrer é ainda muito difícil, e a nossa luta só cessará quando conquistamos a nossa liberdade”* - essa é uma das mais famosas frases desta intensa e comprometida militante, dita em um dos vários Congressos dos quais participou. Arcelina foi uma excepcional oradora e aglutinadora de multidões.

Causou impacto em governos da ordem; apoiou movimentos cruciais como a campanha pela anistia aos presos políticos de 1945, o movimento contra a Lei de Segurança Nacional e a Força Expedicionária Brasileira, que foi à Itália lutar contra o nazi-fascismo; foi membro do Comitê Central do PCB; e ainda deu a luz a 6 crianças, foi mãe, esposa, amiga, mulher.

Na década de 1960, Arcelina passa a enfrentar questões pessoais e de saúde, que a levam a se resguardar da enérgica vida política. Ainda nessas condições, não parou de contribuir à causa, de um modo ou de outro: abrigou militantes em sua casa, que tentavam se proteger da devastadora repressão que se instaurou no Brasil após o golpe de 1964.

Aos 56 anos, em 1974, Arcelina faleceu, deixando para o Brasil um extenso e inspirador legado, que germinou em sua geração e ainda hoje germina para as mulheres de luta, como ela, e para todos que buscam os meios de construir o novo mundo.

À memória da gloriosa Arcelina Mochel! Que as sementes que plantou em nossa terra fértil siga gerando cada vez mais frutos pelo Brasil afora.

